



04. Legislação

Lei exige maior profissionalização das áreas administrativa e financeira das entidades, o que demandará mais trabalho, além de mais esforços para sua compreensão. Porém, a aplicabilidade levará a uma maior transparência dos demonstrativos financeiros e contábeis. Na foto, Sandra Marinho Costa, procuradora jurídica da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES)

3. Projeto Caminhando Juntos

Trabalho conjunto entre escola da rede regular de ensino e APAE de Campinas contribuem para promover avanços no desenvolvimento do aluno dentro e fora da sala de aula

6. Família que participa

Pais e irmãos acompanham tratamento e socialização do deficiente intelectual e influenciam em sua trajetória para uma vida melhor

7. Novas instalações do CIQP

Local ampliará a oferta de cursos e poderá gerar renda para sua manutenção, mas viabilização depende da captação de recursos

8. Superando expectativas

A equipe da APAE de Campinas levou mais uma vez a medalha de ouro no basquete feminino da Olimpíada Estadual





ESTIMULAÇÃO PRECOCE

.....85

ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

.....222

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

CIQP190

Treinamento Externo.....71

DIVERSIDADE

Sócio Ocupacional.....100

PATIO (Ambulatório)

.....321

TOTAL DE ALUNOS

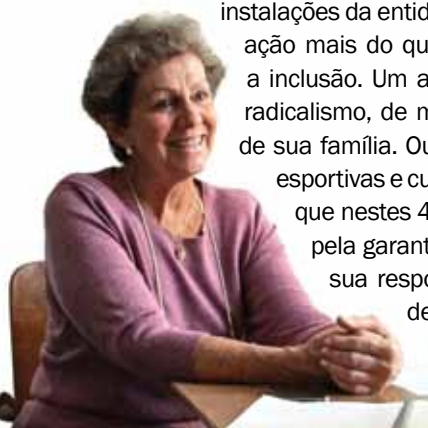
.....989

FUNCIONÁRIOS

Total.....192

Cedidos pela prefeitura.....02

Aceitar o desafio de ser presidente da APAE de Campinas, não foi nada fácil no começo. Sabia que o cargo exigiria muita responsabilidade, mas ao mesmo tempo, me senti lisonjeada com o convite. Contar com o apoio de toda a diretoria, que é formada por pessoas idôneas, sérias e responsáveis, da qual também fiz parte por 10 anos, torna as responsabilidades inerentes ao cargo mais fáceis de conduzir. Desde que comecei meu trabalho na APAE, como assistente social, até hoje, pude aprender muito. A APAE de Campinas era pequena, tinha apenas 160 alunos. Hoje, já conta com 1000. Àquela época, já se pensava sobre a inserção do deficiente intelectual no mercado de trabalho, o que hoje já é uma realidade visível e praticada continuamente. A entidade também obteve grandes conquistas, com a ampliação nos atendimentos para usuários do ambulatório (PATIO) e do CIQP, que aumenta a possibilidade de inserção do deficiente intelectual - capacitado e treinado - no mercado de trabalho. O patamar de desenvolvimento em que a APAE de Campinas se encontra é muito elevado. E, mais que crescer, temos que aprimorar o que já conquistamos, dando continuidade aos projetos instituídos pelos presidentes anteriores. Para 2012 ainda, nossos esforços se concentram na captação de recursos para a construção da nova e maior sede para o CIPQ, em terreno no Parque Itália, próximo às demais instalações da entidade. Esse novo prédio vai permitir a ampliação de uma ação mais do que fundamental já realizada pela APAE de Campinas: a inclusão. Um assunto que exige prudência e responsabilidade, sem radicalismo, de modo a preservar a dignidade do cidadão, bem como de sua família. Outra maneira de inclusão é o incentivo às habilidades esportivas e culturais como complemento às ações interativas. Afirmo que nestes 46 anos de existência, a APAE de Campinas tem lutado pela garantia dos direitos do deficiente intelectual, consciente de sua responsabilidade social, sempre acreditando no potencial de todo ser humano.



Rute Campo Dall'Orto Simões, Presidente

Arraiá da Chita Bacana

A tradicional festa junina da Apae de Campinas reuniu mais de 3 mil pessoas, em 16 de junho, num dia com muita alegria e recheado de gostosuras, com comidas típicas, além da apresentação dos alunos com danças juninas e grandes prêmios no bingo. Segundo

a diretoria da entidade, “graças à colaboração de funcionários, pais, alunos e amigos da entidade tivemos mais um evento inesquecível. A todos, nosso muito obrigado!!!” Veja mais fotos em www.apaecampinas.org.br



Acima, alunos da Apae de Campinas durante apresentação no Arraiá da Chita Bacana



O Jornal da Apae de Campinas é uma publicação trimestral, dirigida a pais de alunos, funcionários e empresas parceiras.

Diretoria Executiva: Presidente: Rute Campo Dall'Orto Simões, Vice-presidente: Luiz Caillí Sader, 1º Dir. Secretário: Sérgio Flávio Padilha, 2º Dir. Secretário: Saulo Monte Serrat, 1º Dir. Financeiro: João Miguel de Ávila, 2º Dir. Financeiro: Rosângela Pereira, Dir. Social: Wadih Cury Neto, Dir. de Patrimônio: Sérgio Prodócimo | **Diretores de Defesa dos Direitos:** José Accacio Roza e Luiz Tarcisio Zumstein | **Conselho de Administração:** Edilson Aparecido Damas, Fernando Arantes, Gilson de Oliveira Avelar, Hélio Carlos Baptista, José Dionísio dos Santos, Maria Rosabel M. E. Teixeira, Paulo Acir Faria, Rubens Guilherme, Sérgio Bighenti, Solange Skittberg C. Pereira, Tadeu Marcos Filho e Vitor César Previde | **Conselheiros Fiscais:** João Teixeira Neto, José Geraldo Pegoraro, Nelson Benedito Giovanini, Irineu Vicente Júnior, José Carlos Raineri, Nelson Ferreira | **Coordenação do Jornal Apae de Campinas:** Lucília de Pádua Pereira | **Jornalista responsável:** Marlene Simarelli (Mtb 13.593), **reportagens, textos e fotos:** Gabriela Padovani - ArtCom Assessoria de Comunicação - (19) 3237-2099 - artcom@artcomassessoria.com.br | **Diagramação:** be.érre design - www.be-erredesign.com.br - (11) 2028-0294 | **Tiragem:** 6 mil exemplares.

APAE de Campinas - R. Francisco Bueno de Lacerda, 120 - Pq. Itália, CX Postal 0800, CEP 13036-265 - Campinas/SP - F: (19) 3772.1200 / Fax (19) 3772.1209

Mande suas críticas e sugestões para o e-mail: apae@mpcnet.com.br Reprodução autorizada, citando a fonte.

Projeto Caminhando Juntos

Trabalho conjunto entre escola da rede regular de ensino e APAE de Campinas contribuem para promover avanços no desenvolvimento do aluno dentro e fora da sala de aula

O projeto Caminhando Juntos surgiu a partir do programa de Estimulação Precoce da APAE de Campinas, quando crianças de 3 anos passaram a frequentar a educação infantil na rede de ensino. Atualmente o projeto contempla os alunos atendidos no Programa de Atendimento Terapêutico Integração e Orientação (PATIO), matriculados nas escolas de ensino regular, que recebem atendimento terapêutico, com acompanhamento de seus avanços dentro e fora da sala de aula.

Composto por quatro etapas, o projeto ocorre sempre em horário oposto ao das aulas, para que o aluno não perca o conteúdo dado em sala de aula. A primeira delas consiste na construção do plano terapêutico individual que requer avaliação multidimensional, considerando habilidades intelectuais, comportamento adaptativo, interação social, ambiente/contexto familiar, escolar, social e saúde. “Estas informações permitirão o planejamento das intervenções terapêuticas e apoios necessários, que serão conduzidos pelo profissional que atenderá a família e o usuário”, explica a diretora pedagógica, Eliane Trevisan Nogueira. “Após a avaliação, podemos planejar o atendimento do usuário, que será avaliado de forma contínua, focando nas suas necessidades, que podem ser: acompanhamento fisioterápico, fonoaudiológico, pedagógico, psicológico; terapia ocupacional ou assistência social.”

Na segunda etapa, há a construção de ações integradas com a escola que o aluno frequenta, com o desenvolvimento de metas e objetivos do semestre, conduzido em parceria com a professora Maria Cristina Siqueira. Em conjunto com os terapeutas, ela orienta os professores a como lidar

com o deficiente intelectual dentro da sala de aula. “A parte humana é sempre a mais difícil, mas com organização e boa vontade, é possível obter resultados positivos”, aponta Cristina. A orientação visa elaborar um plano educacional individualizado do aluno quanto à aprendizagem, acessibilidade e flexibilização curricular.

Eliane salienta que os professores precisam entender que o conteúdo programático a ser desenvolvido na sala de aula é o mesmo; o que difere é a diversificação metodológica. “O que está nos livros não precisa ser mudado, apenas adaptado e trabalhado de maneira que a pessoa com deficiência intelectual possa aprendê-lo. A dificuldade pode ser maior, mas a maneira com que se ensina pode ser simples”, acrescenta.

Ações conjuntas com as redes educacional, assistencial e de saúde fazem parte da terceira etapa, em que os profissionais envolvidos participam de cursos de atualização nos projetos e programas de inclusão. As decisões da escola são sempre respeitadas, além de envolver uma troca de ideias e uma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas, em busca do melhor para atender o deficiente intelectual.

Na última etapa, há uma avaliação contínua e compartilhada com a família, escola e demais instituições parceiras das ações do Caminhando Juntos, visando sempre o desenvolvimento integral do aluno.

A coordenadora do PATIO e psicóloga, Alessandra Cardoso Pinto Dias da Costa, observa que com a orientação e participação nos cursos, o profissional cria competência para identificar a criança com dificuldade de aprendizagem e amplia seus conhecimentos



Erick Teixeira Cenzi, de 7 anos, durante atendimento

em relação ao deficiente intelectual. “O que acaba acontecendo é um trabalho de formiguinha. Hoje determinada professora tem um aluno com deficiência intelectual na sua turma e procura ajuda. Amanhã, outra professora dará aula para este mesmo aluno e também procurará ajuda. Numa outra oportunidade, ambas podem ter alunos com deficiência intelectual em suas turmas e já terão um conhecimento maior de como lidar com a situação. É um trabalho que está atingindo cada vez mais profissionais da área de educação”, explica a psicóloga.

Gisele de Fátima Teixeira Cenzi, é mãe de Erick, de 7 anos, que faz parte do Caminhando Juntos. Ela conta que tinha muita dificuldade para lidar com a situação do filho, pois além da deficiência intelectual, Erick é hiperativo. “Ele não conseguia acompanhar as atividades, porque não parava dentro da sala de aula, devido à hiperatividade e as crises de nervosismo que tinha. Hoje, ele já consegue se manter dentro da sala de aula por mais tempo, já faz leitura com figuras e conhece as cores. A socialização dele na escola também melhorou bastante”, relata a mãe.

Maria Cristina Siqueira, Eliane Trevisan e Alessandra da Costa, do projeto Caminhando Juntos

	Escolas Municipais	Escolas Estaduais	Escolas Particulares	Ongs	Total
Educação Infantil	55	-	15	06	290
Ensino Fundamental	78	136			



Nova lei obriga profissionalização das APAEs

A lei 12101/09 está alterando a rotina das APAEs, que estão sendo levadas a grandes mudanças para conseguir o enquadramento necessário. Atendendo a diferentes áreas como saúde, educação e assistência social, as APAEs terão que ter uma estrutura administrativa, principalmente uma contabilidade, que reflita exatamente as atividades da unidade. A Lei 12101/09 dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei 8742, de 7 de dezembro de 1993; entre outras providências. Saiba um pouco mais sobre os detalhes e as alterações práticas que a nova legislação implica na estruturação das APAEs, nas entrevistas com a analista contábil da Apae de Campinas Célia Maria Gomes Garcia Guimarães, a auditora fiscal Úrsula Uagra e a procuradora jurídica da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES), Sandra Marinho Costa.

Entrevista: Sandra Marinho Costa, procuradora jurídica da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES)



Qual a importância do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) para a APAE?

Sandra: O CEBAS é um título importante para as APAEs porque é o reconhecimento por parte do Ministério da qualidade beneficente de assistência social da entidade, ou seja, é o reconhecimento público da sua atuação na área da assistência social, na atenção à pessoa com deficiência, público alvo da assistência social. Também, ao permitir a fruição da isenção da cota patronal do INSS, constitui uma forma de financiamento indireto para a entidade. Além disso, o CEBAS é exigido em muitas outras situações de articulação da APAE com órgãos públicos estaduais e municipais, como por exemplo, para receber doações de mercadorias apreendidas pela Receita Federal; a realização de sorteios filantrópicos autorizados

pela Caixa Econômica Federal; a celebração de contratos e convênios, etc.

Como obter essa certificação?

Sandra: A certificação é obtida junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério da Educação (MEC) ou Ministério da Saúde (MS), dependendo da área de atuação da entidade. No caso específico das APAEs, que atuam na habilitação e reabilitação da pessoa com

deficiência, segundo disposições da Resolução CNAS 34/2011, a competência para analisar os processos e certificar estas entidades é do MDS, ainda que as APAEs ofereçam também serviços nas áreas de educação e saúde, que prestados de forma articulada e integrada, garantem à pessoa com deficiência e suas famílias o acesso aos mínimos sociais. O processo de certificação é bastante burocrático e demanda muita organização da APAE para a apresentação correta e completa da documentação exigida.

Qual o efeito da nova lei para as APAEs?

Sandra: A partir da publicação da Lei 12.101/09 os processos de certificação deixaram de ser analisados pelo CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social – e passaram a ser analisados pelos Ministérios antes citados. A expectativa era de que com esta divisão a análise e a deliberação dos processos passassem pelo crivo

de técnicos mais especializados em cada área de atuação e fossem mais céleres, propiciando às APAEs o acesso mais rápido ao Certificado – CEBAS – e aos benefícios a ele inerentes. No entanto, esta expectativa foi frustrada, à medida que, decorridos cerca de 2 anos e meio da publicação da Lei, muitos processos ainda aguardam a decisão dos Ministérios. Outro efeito da Lei que pudemos observar foi a maior burocratização do processo de certificação. O volume de documentos atualmente exigidos das entidades é maior e de maior complexidade para sua apresentação, o que tem ocasionado grandes dificuldades não só para as APAEs, mas também para outras entidades. Outro efeito bastante negativo é a exigência de apresentação do processo de renovação do CEBAS no prazo de seis meses anteriores ao vencimento do certificado. A exigência de formulação e protocolização dos processos de renovação com esta antecedência do vencimento do certificado tem atraído muitas situações de intempestividade acarretando sérios prejuízos para as APAEs.

O que essa lei muda na prática para as APAEs?

Sandra: A mudança mais significativa é que, após a lei, as APAEs que obtiverem o CEBAS poderão usufruir de imediato da isenção da cota patronal do INSS, sem necessidade de solicitar novo processo de isenção à Receita Federal ou ao INSS.

Entrevista: Úrsula Uagra, auditora fiscal

Quando as entidades sem fins lucrativos são obrigadas a serem auditadas?

Úrsula: Todas as entidades sem fins lucrativos com faturamento acima de R\$ 3,6 milhões anuais são obrigadas a serem auditadas por auditores independentes.

Quais os impactos advindos da alteração da Lei 12.101-09?

Úrsula: De acordo com a nova legislação, as entidades beneficentes certificadas só poderão obter a isenção do pagamento de contribuições atendendo a uma série de exigências. Entendo que essas exigências trouxeram um impacto maior no controle, no plano de contas da Contabilidade e nas divulgações das informações contábeis visto que não era usual a contabilidade de custos e por conta das demonstrações necessárias passam a ser obrigatórias. Desde a mudança, as entidades tiveram que adaptar seus sistemas operacionais

com a finalidade de conseguir ligar suas receitas e suas despesas, de acordo com a área de atuação, para que no fechamento contábil as despesas e receitas das demonstrações contábeis estivessem segregadas dentro da área de atuação. Esse impacto foi ainda maior quando a entidade atua em mais de uma área, como por exemplo, educação e assistência social, pois a mobilização para rever os controles internos e documentos segundo as portarias emitidas por cada um dos Ministérios para assegurar que as informações estão seguindo o fluxo correto, foi mais trabalhosa.

Quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelas entidades para se adequar?

Úrsula: Acredito que a parte estrutural sempre é a maior dificuldade. Como se sabe, as entidades sem fins lucrativos, diferente de grandes empresas, não possuem grandes

estruturas nem na parte de sistemas e, às vezes, também faltam recursos humanos devido ao baixo nível de investimentos que essas entidades podem fazer nessas áreas. Quando tive a oportunidade de auditar algumas entidades, verifiquei que em alguns casos as pessoas sabiam o que deviam fazer para se adequar, mas não possuíam recursos para conseguir implantar as modificações em tempo hábil.

Qual a importância da adequação às mudanças?

Úrsula: Sem as devidas adequações a entidade pode perder a isenção dos encargos sociais, o que traria um impacto financeiro tão grande para algumas entidades que não seria mais possível a continuidade das suas operações. Portanto, mais do que adequação à Lei, estamos falando indiretamente da continuidade das operações dessas entidades.

Entrevista: Célia Maria Gomes Garcia Guimarães, analista contábil

O que implica de mudança prática na rotina da Associação?

Célia: Exige um comprometimento / envolvimento de todas as áreas da instituição, desde a diretoria, equipe técnica e administrativa, de maneira a estruturar as ações desenvolvidas conforme a missão da entidade, evidenciando, de maneira clara e objetiva, nos relatórios circunstanciados, os quais deverão estar refletidos nas demonstrações contábeis, de acordo com as normas e procedimentos técnicos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Qual a importância da lei 12.101-09?

Célia: Reorganiza os serviços prestados pelas instituições e estabelece critérios técnicos pertinentes com a ação desenvolvida, tornando o processo de análise qualificado para sua certificação, legitimando e habilitando essa entidade e reconhecendo a sua ação complementar do poder público, nas esferas: municipal, estadual e federal, gerando, transparência e principal-



mente credibilidade dessas entidades, garantindo a elas, o direito de usufruir da isenção da cota patronal, gerando para essas entidades uma economia de 26,8% no recolhimento da GPS.

Essa lei atrapalha ou beneficia as APAEs?

Célia: Todo processo de mudança gera a necessidade de ajustes e, a princípio, pode parecer que veio para dificultar. Eu diria que a lei em vigor trouxe a

necessidade das entidades buscarem a profissionalização, tornando os serviços qualificados, o que beneficia as entidades que desenvolvem um trabalho sério e transparente.

Quais medidas devem ser tomadas para atender a nova lei? Isso implica em aumento da demanda de trabalho?

Célia: É imprescindível que a entidade tenha seus profissionais capacitados e com experiência suficiente para registrar e demonstrar os documentos contábeis de acordo com as normas exigidas pelos órgãos responsáveis pela certificação e também de acordo com as normas contábeis. Para atendimento as novas determinações, se faz necessário que a Contabilidade da instituição seja registrada de forma segregada por área de atuação, podendo também usar o critério dos centros de custos para programas / projetos, de forma a ficar evidente as receitas e despesas, bem como ativos e passivos, destinados a cada uma das atividades da instituição.



Joaquim José de Paula, neurologista

Família que participa

Pais e irmãos participativos no dia a dia do tratamento e na socialização do deficiente intelectual influenciam em sua trajetória para uma vida melhor

A importância do acompanhamento da família no tratamento do deficiente intelectual é fundamental. É com o apoio dos pais e dos irmãos, que ele consegue superar muitas das barreiras impostas pela própria condição e pela sociedade. Em entrevista para o Jornal da Apae de Campinas, o neurologista da instituição, Joaquim José de Paula, fala sobre as dificuldades que o deficiente intelectual enfrenta, especialmente no seu cotidiano de relacionamento com as pessoas na sociedade.

Que tipo de apoio a família pode prestar ao deficiente intelectual em sua rotina?

O deficiente intelectual tem dificuldades em vários setores, especialmente no que se diz respeito ao relacionamento com a sociedade, na sua colocação como usuário do sistema de saúde, do sistema de educação e também para conseguir trabalho. É a família que vai ajudar e também exercer um papel fundamental na sua inclusão social. Muito do que o ele vai procurar na vida depende da expectativa da própria família.

Como é o trabalho da APAE de Campinas em relação à família do deficiente intelectual?

Não se trabalha com o deficiente sozinho e, sim, com a inserção dele na família, as expectativas da família em relação às suas possibilidades e o que ele mesmo almeja. Você vê pessoas com deficiências que tem sonhos de ter seu emprego, seu celular, sua autonomia e isso é uma situação construída, pois há famílias que estimulam essa independência, essa individualidade. Porém há famílias que não, que não deixam nem ir ao banheiro sozinho! Então a família é que nos ajuda – e também muitas vezes nos dificulta –, porque a expectativa da família em relação à pessoa deficiente é que vai levar a esse avanço. Seu atendimento não é solitário.

Sempre há necessidade de a família acompanhar, para receber orientação.

Como é a visão da família e da sociedade em relação às pessoas com deficiência intelectual?

Hoje está acontecendo uma mudança no próprio pensamento das famílias. A sociedade muitas vezes tem uma ideia muito negativa da pessoa com deficiência, um preconceito. Considera que elas não podem trabalhar, teriam que ser aposentadas, mas essa ideia tem se mostrado cada vez menos comum. Neste sentido, o trabalho da APAE de Campinas é importante, principalmente quando consegue chamar essas famílias para reuniões, consegue ter acesso ao conteúdo do seu pensamento, ajudá-las a ter uma clareza maior e a conhecer qual é o potencial da pessoa.

O que tem levado a essa mudança?

Um dos fatores é o trabalho de orientação familiar muito intenso da própria APAE de Campinas. Existem momentos em que a família é quase obrigada a ir até a instituição para manter esse contato. Hoje o paradigma é diferente: a pessoa tem que ser avaliada, tem que ser integrada, tem que ser inserida no mercado de trabalho, sempre que possível. A interação e a orientação com as famílias faz com que essa visão mude, porque não se consegue mudar a sociedade de uma vez. É preciso primeiro mudar a visão que a própria família tem do seu filho ou filha deficiente.

Qual geralmente é o comportamento que os pais assumem em relação ao filho com deficiência intelectual?

Nós ainda vivemos em um modelo de sociedade patriarcal, o que faz com que o pai tenha maior dificuldade em aceitar, especialmente se o herdeiro for homem, que ele é portador de deficiência intelectual. Muitas vezes, o pai nega o problema, o que caracteriza o comportamento masculino. Isso atra-

palha, sem dúvida, pois é necessário trabalhar com esse pai, chamá-lo até a instituição e orientá-lo. Já a mãe geralmente assume um comportamento de acentuação do grau de dependência. Quando ela percebe a dificuldade, tende a ajudar mais, a amparar mais o filho. O grande problema é que a mãe cria o filho para o mundo e enfrenta grande dificuldade quando é necessário cortar laços para deixar que ele se torne independente. Nessa situação, a mãe retoma aquele modelo simbiótico, não permitindo que o filho crie autonomia e individualize-se. Também atrapalha muito no quesito posicionamento no mercado de trabalho, pois se começar a trabalhar, vai se tornar independente e não vai mais precisar da mãe. Esses modelos são extremos. Mas também há situações diferentes, pois o grau de compreensão da deficiência é muito variável.

A falta de estrutura familiar é um problema para qualquer criança. Quando a criança é deficiente intelectual, o que essa falta implica?

Essa criança já tem uma dificuldade intrínseca, pela própria deficiência, de se inserir na sociedade e sem alguém que possa ajudar, a probabilidade de desenvolver um comportamento depressivo ou psicótico aumenta. Quando você perde um vínculo, principalmente o deficiente intelectual, ele passa a se comportar psicoticamente, adquire comportamento perssicutório, começa a fazer mal, deprime. Existem casos em que desenvolve uma depressão, começa a achar que o mundo está contra ele e todos querem lhe fazer mal. São poucos os que têm autonomia para enfrentar a sociedade sem o apoio de alguma instituição ou da família. Isso não significa que ele tem que ser protegido, mas acompanhado e apoiado, pois acaba se tornando mais frágil e mais vulnerável quando perde a família.

CIQP terá novas instalações no Parque Itália

Novo local ampliará a oferta de cursos e poderá gerar renda para sua manutenção, mas viabilização depende da captação de recursos



Após receber a doação de um terreno de cerca de 4 mil metros quadrados, a ideia inicial da APAE de Campinas era abrigar ali toda a área de saúde. Mas com o estudo da viabilidade do projeto, o novo local, que fica próximo à sede da APAE no Parque Itália, receberá as novas instalações do Centro de Iniciação e Qualificação Profissional (CIQP). E o maior objetivo do novo projeto é ampliar a capacidade de treinamento dos alunos a partir dos 16 anos, com a otimização de recursos, do número maior de salas e de novos cursos. Entre eles, cursos de informática, empacotador, papel artesanal, horticultura, habilidades gerais, salgadeiro, auxiliar de cozinha, de limpeza e conservação, de jardinagem, mosaico e decupagem.

De acordo com o diretor de patrimônio da associação, Sérgio Prodócimo, a ampliação do CIQP já era um plano antigo da entidade, mas a inviabilidade por questões financeiras de adquirir mais terrenos próximos ao atual centro, que fica na Vila Aeroporto, fez com que o projeto de um novo local fosse elaborado. “Pela proximidade, nós podemos otimizar o espaço. Não será preciso fazer uma nova área administrativa, por exemplo, já que estamos perto da sede”.

As obras ainda não começaram, mas o terreno já está pronto para receber a construção. Agora, a fase é de captação de recursos, diz Prodócimo

- e isso será feito por meio de campanhas específicas e convênios com os governos federal, estadual e municipal.

Projeto doado e planos para o futuro

A elaboração da planta foi um presente. O arquiteto Denis Peres se dispôs a fazer o projeto sem custo algum para a entidade. “Não é a primeira vez que faço projetos sem custo. Acho fundamental participar e colaborar com entidades que desenvolvem trabalhos importantes na cidade”, complementa o arquiteto.

O novo prédio terá dois andares, piscina coberta, salas para cursos, cozinha experimental, estacionamento, lavanderia, pomar, orquidário, sala para mães, sala de coordenação, sala de reuniões, secretaria de administração, auditório para 270 pessoas, banheiros para alunos e para funcionários, refeitório e enfermaria.

A inclusão de um auditório - que pode ser locado por empresas para

eventos - é uma parte importante do novo centro, para geração de renda para a APAE de Campinas. Além disso, Prodócimo acredita que a cozinha experimental poderá ser usada para a realização de lanches em eventos.

Prezando pelo meio ambiente, o projeto prevê alguns recursos sustentáveis, como a utilização de água de chuva para irrigação de jardins, iluminação direcionada para reduzir o consumo de energia elétrica e um sistema de energia solar para aquecimento e resfriamento do prédio, detalha Peres.

A médio prazo, o novo local também tem como objetivo a criação de cooperativas de trabalho. “Aquele aluno que não tem condições de ser inserido no mercado de trabalho, trabalharia nessas cooperativas, mas o diferencial, é que essas cooperativas tenham um projeto, uma finalidade. Cada uma delas, depois de estruturada, poderia ir para fora da APAE, ser instalada em outra localidade e uma nova seria criada no lugar”, explica Prodócimo. Além dos alunos, os pais poderiam trabalhar nessas cooperativas, para obtenção de renda.

À esq., Sérgio Prodócimo, diretor de Patrimônio da entidade e à dir., Denis Peres, arquiteto



Uma conquista que supera expectativas

A primeira vitória veio em 2009. O feito se repetiu neste ano e a equipe da APAE de Campinas levou mais uma vez a medalha de ouro no basquete feminino da Olimpíada Estadual



À esq., delegação da APAE de Campinas em momento de descontração no shopping. À dir., a bicampeã seleção de basquete feminino, formada por alunas da APAE de Campinas

A APAE de Campinas está em festa! A equipe feminina de basquete da entidade sagrou-se bicampeã na Olimpíada Paulista das APAES. A vitória dá ao time a chance de disputar a etapa nacional da Olimpíada, que ocorre de 5 a 10 de novembro, em Maringá (PR).

Os jogos estaduais acontecem a cada três anos e dessa vez foi realizado em Catanduva, de 24 a 28 de julho. Os 14 atletas, em sua maioria meninas, disputaram seis das modalidades: atletismo, basquete, futsal, natação, dama e dominô, ficando de fora apenas do tênis de mesa. O restante da delegação, formada por um total de 60 pessoas, fazem parte das APAES de Indaiatuba, Sumaré, Americana e Santa Bárbara. A equipe campineira teve o apoio dos professores João Francisco (Chico) e Adriano, e da acompanhante, Claudiane.

As APAES não competem individualmente nas Olimpíadas. As equipes são formadas pelos conselhos regionais, que no Estado de São Paulo, são 23. A APAE de Campinas faz parte do 5º Conselho Regional com sede em Sumaré. No total, 13 conselhos do estado participaram das competições com cerca de 600 atletas.

Além da medalha de ouro no basquete feminino, a natação e o atletismo também fizeram bonito. Ao todo foram 05 medalhas de ouro, 04

de prata e 02 de bronze no atletismo e 02 medalhas de ouro e 01 medalha de bronze na natação.

Muitos dos atletas que hoje fazem cestas, gols, correm e demonstram todas as suas habilidades, chegaram às APAES com dificuldades motoras, explica

o coordenador de Esportes e professor de Educação Física, João Francisco Cosmo. Para ele, “fazer parte de uma Olimpíada é mostrar mais do que superação. É ensinar que, quando se sonha, tudo fica mais fácil e cada conquista se torna mais e mais especial”.

NOME	MODALIDADE, PROVA E CLASSIFICAÇÃO
Caliane Santos Silva	1º lugar – Basquetebol Feminino
Camila Bueno	1º lugar – Basquete Feminino 3º Lugar – Atletismo 50 metros rasos 1º Lugar – Atletismo 100 metros rasos 1º Lugar – Atletismo Arremesso do Peso
Daniele Carolina Gomes Vicente	1º lugar – Basquete Feminino 3º Lugar – Natação 25 metros Crawl Dama
Hérica Cristina de Souza	1º lugar – Basquete Feminino
Janislane Santos Brito	1º lugar – Basquete Feminino 7º Lugar – Atletismo Arremesso do peso
Lady Diane Santos Soares	1º lugar – Basquete Feminino
Meiriany Amaral Costa	1º lugar – Basquete Feminino
Nádia Cristina dos Santos	1º lugar – Basquete Feminino 2º Lugar – Atletismo 800 metros rasos
Thainara Rocha Pereira	1º lugar – Basquete Feminino
Thaís Franciele Lemos	1º lugar – Basquete Feminino 1º Lugar – Atletismo 50 metros rasos 2º Lugar – Atletismo 100 metros rasos 2º Lugar – Salto a Distância
Ezirafner Lodi Lopes	4º Lugar – Basquete masculino 1º Lugar – Natação 25 metros Crawl 1º Lugar – Natação 25 metros Costas
Isaías José da Silva	4º Lugar – Basquete masculino 1º Lugar – Atletismo 1500 metros rasos 1º Lugar – Atletismo 3000 metros rasos
Jean Geovani da Silva	3º Lugar – Futsal 3º Lugar – Atletismo 800 metros rasos 2º Lugar – Atletismo 3000 metros rasos Dominô
Michael Barbosa de Oliveira	4º lugar – Basquete masculino 9º Lugar – Atletismo Arremesso do Peso 6º Lugar – Lançamento do Dardo